

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO UFRJ
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
ENGENHARIA URBANA

OS DESAFIOS DA URBANIZAÇÃO NAS CIDADES

Por: MARIA TERESA DI GIUSEPPE CARLUCCIO DA COSTA E SILVA

Orientador
Prof.^a Rosane Martins Alves

Rio de Janeiro
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO UFRJ
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
ENGENHARIA URBANA

OS DESAFIOS DA URBANIZAÇÃO NAS CIDADES

Monografia apresentada à diretoria de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de especialista em Engenharia Urbana, sob a orientação da Prof.^a Rosane Martins Alves

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, aos amigos e todos que colaboraram para o desenvolvimento deste trabalho.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu marido e meu filho que me motivaram até o final.

“Quando a diferença do trabalho e a cooperação perversa por ela ocasionada se estendem a escala do planeta, o mundo como espaço se torna espaço global do capital”

Milton Santos

RESUMO

Os cortiços, favelas e os processos de favelização nas cidades contemporâneas são um problema social e que resultam das contradições existentes do Capitalismo. São as favelas e os processos de favelização peculiares a cada estágio de desenvolvimento do Capitalismo em um dado país. Nos países de formas de Capitalismo avançado as favelas ou cortiços (slums) existem em menor grau, porém não se pode afirmar que não existem problemas de habitação nos países mais ricos. Nos países da periferia do Capitalismo tais cortiços e tais processos de favelização são mais incisivos e diretamente proporcionais aos níveis de pobreza, principalmente de pobreza urbana existente dentro destes países. Para o desaparecimento das favelas e para o fim dos processos de favelização não há, porém a necessidade do fim do modo de produção capitalista ou outro modo de produção qualquer, como o pseudo-socialismo dos países de regime comunista. Processos de aperfeiçoamento do Capitalismo e de redução as suas contradições seriam suficientes para a redução e até a eliminação das favelas e a extirpação dos processos de favelização. Esperamos que se encontrem mecanismos dentro do Capitalismo, que dêem origem a melhor distribuição de renda e que sejam capazes de eliminar estes problemas e contradições.

Palavras chave: Cortiços, Favelas, Favelização, Urbanização.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: Introdução	
1.1 Relevância do Tema – Problema investigado	8
1.2 Objetivos	9
CAPÍTULO II: A Urbanização em Países Subdesenvolvidos	
2.1 Processos e Dinâmica da Urbanização	10
2.2 Desenvolvimento Desigual	13
2.3 Os Grandes Aglomerados Urbanos no Mundo	14
CAPÍTULO III: Metrôpoles, Megacidades, Cidades-Globais	
3.1 Contextualização	15
3.2 Conceito de Cidade	16
3.3 Planejamento Urbano	20
CAPÍTULO IV: As Relações Cidade-Campo	
4.1 Contextualização	21
4.2 Urbano e Rural	23
CAPÍTULO V: A Favela e o Cortiço	25
5.1 Causas do Surgimento	28
5.2 Consequências do surgimento	32
CAPÍTULO VI : Conclusão	
6.1 Considerações Finais	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXO	37

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1 Relevância do Tema – Problema Investigado

A problemática da favelização dos centros urbanos, a partir do estabelecimento dos cortiços, é imensa, seja pelos problemas causadores de tal processo como pelos problemas advindos da mesma. Apesar de todos os envolvimento negativos associados ao desenvolvimento urbano informal, as autoridades toleraram os processos: sendo negligentes, aproveitando-os politicamente, realizando ações ambíguas ou promovendo diretamente as ocupações. No entanto, há uma falta de conhecimento em relação com os direitos que no tempo se geram pela própria tolerância, e de informação com respeito aos altos custos, absolutos e relativos, dos programas de melhoramento. Paralelamente, a tolerância frente à ocupação informal se acompanha de uma crescente convicção tanto das autoridades como da opinião pública, de que os assentamentos consolidados devem melhorar-se através da introdução de infraestrutura, provisão de serviços urbanos básicos e de equipamento. Um estudo recente, desenvolvido pela Aliança de Cidades no Brasil, demonstrou que a decisão de regularizar um assentamento irregular se toma, com frequência, mais rápido do que a decisão de aprovar um assentamento regular (seis meses, comparada com dois ou três anos).

Esta tolerância oficial também se aplica a aceitação de soluções “de segunda classe” para “cidadãos de segunda classe”, que frequentemente resultam numa rápida deterioração das zonas melhoradas. A combinação de materiais de baixa qualidade e custo, e a utilização de técnicas não convencionais implicam em processos de rápida obsolescência da infraestrutura e conseqüentemente a altos custos de manutenção. Adicionalmente, é frequente que as zonas melhoradas não estejam integradas aos sistemas fiscais municipais. A irresponsabilidade fiscal das autoridades municipais, que é característica da região, agrava-se por uma falta de responsabilidade sobre o desenvolvimento territorial das localidades, bem como por sua negligência, ou no melhor dos casos atitudes paternalistas com respeito a estes assentamentos.

1.2 Objetivos

O objetivo é apresentar os problemas urbanos decorrentes do processo de favelização nas cidades. Se considerarmos que chegamos ao século XXI com um índice populacional maior nas áreas urbanas do que nas áreas rurais, salvo poucas exceções, poderemos reproduzir o que muitos pesquisadores sobre cidades dizem: "O mundo urbanizou-se".

Em 1950, existiam 86 cidades com mais de um milhão de habitantes. Cerca de 50 anos mais tarde, a média é de 400 cidades e a expectativa do surgimento de mais 150 cidades, até 2015. O fenômeno do crescimento urbano atingiu todos os continentes. Algumas cidades tornaram-se megacidades, a exemplo de Rio de Janeiro, São Paulo, adensando-se surpreendentemente desde a metade do século XX.

Esse crescimento acarretou problemas de falta de política habitacional para população de baixa renda e sistema de transportes coletivos precários como alguns dos motivos para o crescimento das favelas no Brasil e especificamente no município do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II: A Urbanização em Países Subdesenvolvidos

2.1 Processos e Dinâmica da Urbanização

Os processos de urbanização são, em escala mundial, um fenômeno não apenas recente mas também crescente. Em meados do século XIX a população urbana representava apenas 1,75 da população mundial e em 1950 tal porcentagem era de 21% e em 1960 de 25%.

Há que se estabelecer uma diferenciação entre o surgimento das cidades e os processos de urbanização. O surgimento das cidades remonta ao começo da História, a cerca de 6.000 anos atrás e, até à Pré-História com os seus amontoados de palafitas. O processo de urbanização significa um processo de crescimento acentuado do número e tamanho das cidades em todo o mundo.

Este processo de urbanização desencadeada pelo advento do Capitalismo aparece na Europa como fato moderno logo depois da Revolução Industrial e depois se generaliza nos países subdesenvolvidos e por isso costuma-se associar a idéia de urbanização à de industrialização porque se entende que as expansões do número e tamanho das cidades são decorrentes de fatores econômicos engendrados pela urbanização. (SANTOS, 1981).

As estruturas econômicas das cidades surgidas ou modificadas pelos processos de urbanização possibilitados pelo surgimento do Capitalismo e incrementadas pelos condicionantes dados pela Revolução Industrial passam, a partir destes momentos históricos, a serem de caracteres mais diversificados que aquilo que ocorria nas cidades da Antiguidade ou da Idade Média.

As cidades feudais eram fechadas (cercadas) por muralhas que tinham a função de proteção contra os ataques de inimigos invasores e rapinadores. Ávila na Espanha é um bom exemplo de cidade murada. Tais cidades tinham poucas relações econômicas com o seu entorno salvo alguns casos de longas rotas comerciais, que ocorreram na Revolução Comercial da Baixa Idade Média e com início no século XVIII.

Não é o que passa a acontecer com as cidades da Idade Moderna; cidades estas mais de funções comerciais; e da Idade Contemporânea, de funções comerciais, industriais e de prestação de serviço.

Nestes dois últimos períodos históricos as cidades, pela sua dinâmica econômica, passam a ter uma relação intrínseca com o seu entorno, que é tanto maior quanto maior for o tamanho e a importância das atividades econômicas das cidades. (IANNI, 1992).

Nesta relação intrínseca as cidades são os locais de comando da produção e das atividades econômicas, atividades estas que são realizadas tanto dentro do seu perímetro urbano como nas áreas rurais circundantes.

O comando da produção é possibilitado pelo fato através do qual é dentro das cidades é que são realizadas as tarefas de beneficiamento, aproveitamento, transformação das matérias-primas de origem animal, vegetal ou mineral que são extraídas do seu entorno. Quer dizer que é o entorno quem fornece as matérias-primas necessárias para o desenvolvimento das atividades econômicas dentro das cidades.

Como o entorno só oferece as matérias-primas é dentro das cidades que ocorre a maior adição de valor-trabalho para a fabricação de produtos industrializados ou para a venda de serviços, através da extração da mais-valia (maior produção com menos custos) da força de trabalho dos trabalhadores urbanos. (GEORGE, 1964).

O local da maior quantidade de criação de riqueza, que só pode ser criada através do trabalho, ocorre dentro das cidades e não na área ao redor, quer seja área de produção agrícola quer seja área de mineração ou de pecuária.

A consequência mais importante desta diferenciação espacial da criação de riquezas é que a concentração e a acumulação de riquezas é feita dentro das cidades e não nas áreas circundantes, ou seja, as cidades funcionam como sugadoras e acumuladoras de riquezas produzidas dentro de suas áreas de influência.

Quanto maior for o tamanho, o equipamento e a importância das atividades econômicas de uma cidade, maior será o tamanho de sua área de influência, quer dizer, a área da qual os mecanismos econômicos de uma cidade extrairão riquezas e mais-valias das áreas circundantes.

Quando o equipamento de uma cidade é muito grande, como ocorre nas metrópoles e megacidades, a área de influência desta cidade pode atingir regiões distintas dentro de um país, tal como ocorre no Brasil com a cidade de São Paulo, cuja importância do seu equipamento habilita São Paulo a comandar a vida econômica de todo o Brasil e de retirar e acumular riquezas de outras regiões brasileiras. (SANTOS, 1997).

Dizer os economistas que a cidade de São Paulo entrava o desenvolvimento econômico das demais regiões brasileiras, tal como o nordeste do Brasil. Do ponto de vista da lógica da análise dos fenômenos econômicos espaciais tal assertiva é correta porque a riqueza gerada no nordeste é acumulada em São Paulo.

Estas condicionantes encaminha a análise para as formas de relações entre a cidade e o campo.

2.2 Desenvolvimento Desigual

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado é interessante como uma das tentativas mais significativas de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear. Ela descreve uma lógica comum, em muitos aspectos, a todos os países que vivem sob a proteção do capitalismo dependente.

A idéia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas, da germinação da economia feudal, das formas capitalistas de produção, o desenvolvimento e a maturação do capitalismo e de suas instituições econômicas, sociais e políticas, com a conseqüente e paralela decadência e destruição do antigo regime, não estenderam essa análise e interpretação a todas as demais partes do mundo tratava-se de fatos específicos da evolução histórica dos países europeus.

É certo que tais fatos poderiam ter ocorrido em outros lugares, mas não necessariamente e como fatalidade histórica, como se pretendeu, e que por isso se aceitou como um dado preliminar e uma lei histórica e absoluta, sem nenhuma indagação prévia acerca da realidade e verdade da consciência presumida. Uma coisa seria assinalar semelhanças entre o ocorrido nos países da Europa e em outros lugares. E na base dessa observação proceder à interpretação da evolução histórica de outros países e povos, inspirando-se em conceitos já elaborados à luz do exemplo europeu. Nunca esquecendo, contudo, que se tratava de simples semelhanças, e que qualquer conclusão deveria cingir-se aos limites dessa semelhança. Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida a priori, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. (PRADO Jr., 1966; p. 39-41).

2.3 Os Grandes Aglomerados Urbanos no Mundo

As cidades resultam de um processo de ocupação e organização do espaço com algumas características comuns e são locais de grande aglomeração de pessoas. Os primeiros núcleos urbanos de vida sedentária surgiram rompendo a intensa mobilidade dos povos nômades. Mas foi também nas primeiras cidades que surgiram ou se especializaram atividades distintas daquelas realizadas no campo, tais como o comércio, a administração e as ligadas à defesa dos territórios.

A partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, as atividades industriais e de serviços expandiram-se enormemente nas cidades, intensificando ainda mais a concentração da população nesses espaços e consolidando seu papel centralizador.

A rápida urbanização dos países subdesenvolvidos está sendo acompanhada de um novo conjunto de problemas ambientais, sociais e de saúde, já que não vem sendo acompanhada pelos investimentos em infraestrutura, como energia, água e saneamento, e principalmente, pela oferta de trabalho.

Para a maior parte da população recém-chegada do campo, sobram apenas empregos temporários, de baixa remuneração, e moradias precárias, tais como as favelas e os cortiços. A situação de exclusão social gera violência urbana e alimenta o aliciamento dos mais jovens para as atividades ilegais, tais como o tráfico de drogas.

CAPÍTULO III: Metrópoles, Megacidades, Cidades-Globais

3.1 Contextualização

O processo de urbanização no mundo teve uma grande aceleração, principalmente a partir da década de 60, onde ocorreu um crescimento extremamente rápido e muitas vezes desordenado. Algumas cidades, em diferentes pontos do planeta, estenderam sua malha urbana, transformando-se em megacidades. Um dos principais motivos para o crescimento de várias cidades foi, entre outros, o processo de industrialização e a mecanização da agricultura. Desse modo, o campo de certa forma “expulsou” trabalhadores que não encontravam trabalho nesse setor, quase que simultaneamente as indústrias se instalaram nas cidades atraindo todo esse contingente populacional oriundo do campo, esse fluxo migratório é um fenômeno denominado de êxodo rural.

A acelerada expansão urbana acabou por criar deseconomia de aglomeração e por inverter o sentido das externalidades, as quais passam a ser negativas. Esses fatos põem definitivamente em cheque o modelo metropolitano tradicional de ordenamento territorial que se limita a indicar quais são as funções previstas e a compatibilidade entre elas.

As interações das cidades com o ambiente natural têm que ser consideradas como lugares com recursos próprios com demandas necessárias para sua manutenção e seu desenvolvimento. Portanto, o conceito de desenvolvimento urbano sustentável passa por uma estratégia de ecologia urbana que coloca a cidade como um meio ambiente construído não apenas como usuário do ambiente natural, mas também como fontes de recurso.

De acordo com esta visão, os aglomerados urbanos deveriam ser analisados como ecossistemas complexos, embora com um metabolismo mais intenso, onde o metabolismo urbano deve ser analisado como um intercâmbio de matéria, energia e informação entre o assentamento urbano e seu contexto geográfico.

3.2 Conceito de Cidade

“A partir do sobreposto crescente da agricultura, em detrimento dos feudos, as cidades começaram a acumular riquezas, resultantes do ressurgimento do comércio, que culminou no aparecimento de uma nova e importante classe: a burguesia. Porém, até então, a cidade não era um espaço tão importante para a sociedade, nem a urbanização um processo tão expressivo.” Sposito (1988, apud SOUZA, 2008).

Ou seja, a cidade aparece como a responsável pela decadência dos feudos e da transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista, dando origem às cidades sob a forma da qual hoje é concebida.

Todavia é preciso ponderar que da forma como ocorreu à cidade sob a forma de grandes centros comerciais, criaram-se diversos fenômenos e processos interligados dando às cidades um caráter mais urbano, mais competitivo e ainda mais complexo, apresentando diferentes escalas, estruturas e funções.

De acordo com Harvey (1972, apud CORRÊA, 1997) a cidade pode ser considerada como a expressão concreta de processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico. Ou seja, a cidade reflete as características de uma sociedade, constituindo um importante local de acumulação de capital.

Esses processos sociais detêm ainda um elemento viabilizador, constituído de conjuntos de forças atuantes ao longo do tempo, permitindo localizações, realocações e permanências sobre o espaço urbano.

Este elemento viabilizador são os processos espaciais que são os responsáveis imediatos pela organização espacial e complexa que caracteriza a metrópole. Esses processos espaciais apreendem alguns atores responsáveis pela modelagem organizacional do espaço. São eles, segundo Corrêa (1997), proprietários dos meios de produção, proprietários de terras, empresas imobiliárias e de construção. Cada qual com sua estratégia própria, por muitas vezes havendo conflitos entre si.

O conceito de cidade deve focar preferencialmente dados estruturais que ela apresenta e que é só dela. A existência de edificações, múltiplos prédios que estão num dado lugar não chega a ser um dado estrutural para a definição de

cidade. Pode haver perfeitamente casas, prédios e construções sem haver obrigatoriamente uma cidade. Do mesmo modo a aglomeração de pessoas vivendo próximas umas das outras também não é condição suficiente para a definição de uma cidade.

O dado estrutural intrínseco para a existência de uma cidade é o tipo de atividade econômica da população nela residente e que deve ser um tipo de atividade econômica que independa do uso agrícola do solo para o seu desenvolvimento, ou seja, a população da cidade não pode, em tese, ocupar-se de atividades agrícolas ou cultivo no solo para desempenhar as suas atividades econômicas. (SANTOS, 1981).

Esta é a conceituação estrutural que vai definir perfeitamente o que é uma cidade. Tanto assim que, em termos históricos, as primeiras pequenas cidades (vilas) só surgiram após a revolução agrícola pré-histórica, quando a agricultura começou a dar excedentes agrícolas e alimentares para que pessoas não diretamente ligadas ao trabalho agrícola pudessem ser alimentadas com as sobras alimentares de uma agricultura mais rentável.

Logicamente dentro desta definição as cidades passaram a ter feições diferentes segundo os momentos históricos que viviam. As pequenas vilas pré-históricas eram de um jeito enquanto que as cidades da Idade Antiga eram de outro. Já cidades dentro de Estados politicamente organizados como o Antigo Egito, cuja fundação marcou o começo dos tempos históricos, concomitantemente com o surgimento da escrita.

Para a Grécia e Roma as cidades reproduziam as circunstâncias políticas e econômicas da Idade Antiga. A cidade de Pompéia, soterrada pelas cinzas do vulcão Vesúvio é um exemplo clássico e atual das configurações das cidades da Antiguidade Clássica de Roma e da Grécia. (IANNI, 1992). Quantas das instituições políticas e culturais como o conceito de democracia, cidadania, etc., estão presentes até hoje nos nossos sistemas políticos como herança grega.

Para a Idade Média mudam também as feições das cidades e que neste período histórico tornam-se centros de feudos, num outro modo de produção: o Feudalismo que substitui um outro modo de produção: o Escravismo existente na Antiguidade.

O que poucas pessoas sabem é que mesmo na Idade Média já existiam, por motivos específicos, cidades muito grandes e com número de habitantes fantásticos

para este período histórico, como a cidade de Hamburgo, no norte da atual Alemanha e que chegou a ter cerca de cem mil habitantes.

Para cada época histórica as cidades ganham feições e funções específicas do momento histórico no qual estão inseridas e pode-se afirmar que as cidades são fruto do seu tempo.

Corroborando esta afirmativa as cidades da Idade Moderna tiveram no geral mais funções comerciais e na Idade Contemporânea passam muitas delas, a ter as funções de sedes de fábricas e de desenvolvimento de atividades industriais.

Como a Idade Moderna e a Idade Contemporânea coexistem com o modo de produção capitalista, tal coexistência vai dar para as cidades coexistentes com o modo de produção capitalista, estruturas e funções específicas do Capitalismo.

Uma das estruturas cruciais e que determinam o modo de ser das cidades dentro do modo de produção capitalista se refere à necessidade da extrema divisão social do trabalho típico do Capitalismo. (IANNI, 1992).

Qualquer produto ou mercadoria produzida no Capitalismo quer seja algo muito sofisticado quer não, exige a atribuição de parcelas de trabalho entre muitas pessoas para que finalmente se tenha o produto ou a mercadoria final.

Isto significa que a extrema divisão social do trabalho obriga uma proximidade espacial das pessoas trabalhadoras inseridas nesta extrema divisão social do trabalho. Como há a necessidade da proximidade espacial, as cidades no Capitalismo tendem a serem muito grandes, senão gigantescas, como atestam as megacidades e megametrópoles existentes nos dias atuais, como as cidades de Tóquio, Cidade do México, Nova Iorque e São Paulo.

Quanto maior for o volume de atividades econômicas desempenhadas dentro das cidades, quer sejam atividades de prestações de serviços quer sejam atividades industriais, maior será o tamanho e o número de habitantes das cidades.

Dada à complexidade e sofisticação do sistema produtivo e de prestação de serviços dentro das cidades, às funções urbanas serão, por consequência, muito diversificada com implicações de caráter administrativo e político, dando para as cidades funções de comando econômico, político, administrativo, etc.

A extremada divisão social do trabalho, herança histórica dos acontecimentos da Revolução Industrial com as suas invenções e inovações técnicas repercutem drasticamente até na atualidade na mentalidade, modo de pensar e modo de aquisição de conhecimentos, inclusive conhecimentos científicos,

com a reprodução mental das formas de divisão social do trabalho. (GEORGE, 1964).

Tanto assim que as próprias formas de organizações, classificações e divisões das ciências e das pesquisas científicas mostram, igualmente, a mesma divisão extremada e que na verdade esconde a unicidade do conhecimento em si, no qual tudo está ligado e correlacionado.

3.3 Planejamento Urbano

O planejamento urbano surgiu como uma resposta aos problemas enfrentados pelas cidades, tanto aqueles não resolvidos pelo urbanismo moderno quanto aqueles causados por ele. A expressão “planejamento urbano” vem da Inglaterra e dos Estados Unidos, e marca uma mudança na forma de encarar a cidade e seus problemas.

Uma modificação importante refere-se ao reconhecimento do fenômeno urbano como algo dinâmico, o que leva a encarar a cidade como resultado de sua própria história e como algo que está de alguma maneira, evoluindo no tempo. Portanto, a cidade passa a ser vista como o produto de um determinado contexto histórico, e não mais como um modelo ideal a ser concebido pelos urbanistas (KOHLSDORF, 1985).

O planejamento urbano pode ser definido como o processo de escolher um conjunto de ações consideradas as mais adequadas para conduzir a situação atual na direção dos objetivos desejados.

Várias etapas devem ser seguidas durante o processo de planejamento e que, ao contrário da tradição arquitetônica, não acaba com a seleção das ações a serem implementadas. O processo de planejamento urbano, portanto, passa a ser visto como um processo cíclico, no qual os resultados alcançados pelas ações passam a servir de objeto de análise que gera retroalimentações para as outras fases do processo.

CAPÍTULO IV: As Relações Cidade-Campo

4.1 Contextualização

A urbanização resulta fundamentalmente da transferência de pessoas do meio rural (campo) para o meio urbano (cidade). Assim, a idéia de urbanização está intimamente associada à concentração de muitas pessoas em um espaço restrito (a cidade) e na substituição das atividades primárias (agropecuária) por atividades secundárias (indústrias) e terciárias (serviços). Entretanto, por se tratar de um processo, costuma-se conceituar urbanização como sendo "o aumento da população urbana em relação à população rural", e nesse sentido só ocorre urbanização quando o percentual de aumento da população urbana é superior a da população rural.

Enquadrando estas relações entre a cidade e o campo nos acontecimentos atuais e modernos se entende que a nova economia internacional, que se manifesta depois da Segunda Guerra Mundial, apresenta entre outras coisas as seguintes características:

- Internacionalização e multiplicação das trocas
- Preponderância da tecnologia e a concentração dela decorrente
- Solidariedade crescente entre os países com a cooperação entre os Países industriais e o domínio sobre os países Subdesenvolvidos
- Modificações na estrutura e força do consumo (SANTOS 1991)

O efeito demonstração, ou seja, a inclinação dos pobres no sentido de consumir da mesma maneira que os ricos têm um papel importante nos países subdesenvolvidos, por contribuir à atração dos homens para as cidades, local de novas atividades.

No entanto as fábricas com as suas atividades industriais são raras nas cidades dos países Subdesenvolvidos e os empregos permanentes não são suficientes para atender a demanda.

Não houve nesta categoria de países, como aconteceu nos países industriais, uma passagem da população do setor primário (agricultura, pecuária e extrativismo) para o setor secundário (indústria) e, em seguida para o terciário (serviços).

A urbanização nos países subdesenvolvidos fez-se às avessas e tem um conteúdo bastante diferente da urbanização dos países industrializados: é uma urbanização terciária, a qual traz todas as consequências de excedente de mão-de-obra sem qualificação profissional, a qual lotada nas cidades vão engrossar as fileiras de desempregados, subempregados, marginais e habitantes sem teto.

A somatória destes fatores condicionantes todos, incluindo tanto o papel de sanguessuga das cidades quanto à riqueza gerada no campo e o desequilíbrio econômico cada vez maior entre a cidade e o campo acaba gerando, principalmente nos países da América Latina, fortes fluxos migratórios, o êxodo rural, dos campos para as cidades.

O êxodo rural é um fenômeno complexo nos países do Terceiro Mundo. Trata-se de um forte contingente migratório e que, favorecido pelo desenvolvimento da rede viária, mormente de estradas de rodagem, se dirige para as cidades e acaba sendo instrumental, em grande parte do crescimento e até do inchaço urbano. (SANTOS, 1992).

Outras questões não estritamente relacionadas às causas econômicas podem motivar ondas de êxodo rural. Fatores de ordem política como a Guerra do Vietnã motivava fluxos de êxodo rural para Saigon, atual Cidade Ho Chi Min e a violência no campo expulsam para as cidades os camponeses da Colômbia. Países de crescimento demográfico maciço como China e Índia têm levas de correntes de êxodo rural em direção às cidades.

Dentro do território de um país, principalmente se tiver grande extensão territorial, as áreas rurais podem se inserir de maneiras diferenciadas na dinâmica da economia espacial de tal território. Algumas áreas, por questões concernentes às localizações que favorecem uma agricultura dinâmica, tipos de bacias especializadas na agricultura e, preferencialmente voltadas para a exportação de matérias-primas agrícolas, vão possuir espaços agrícolas altamente rentáveis, com grande nível de investimentos em insumos e de grande valorização. (IANNI, 1992).

4.2 Urbano e Rural

O espaço urbano é um espaço adaptado, social e humano; porém o espaço rural também o é. O que distingue o espaço urbano do rural, do ponto de vista físico, é a natureza e a aglomeração das adaptações. A maior parte das adaptações produzidas no espaço rural refere-se a modificações na flora, a qual é substituída por espécies convenientes. A maior parte das adaptações do espaço urbano é constituída de construções para inúmeras atividades que se passarão no seu interior, sejam elas de produção, de consumo, de troca, etc. A terra coberta apenas por vegetação é, no espaço urbano, a exceção, enquanto no espaço rural, a regra. As construções, constituindo espaços internos, são exceção no espaço rural e regra no urbano. Mesmo as redes de ligação e circulação (transportes) são muito mais densas em áreas urbanas do que rurais.

A urbanização provoca mudanças ambientais, já que a transformação de atividade rural para urbana é feita com alterações no meio. Compete aos planejadores minimizar os impactos.

A temperatura está relacionada com a urbanização. Áreas pavimentadas absorvem mais calor durante o dia e eliminam durante a noite, aumentando a temperatura. Além disso, com a pavimentação, há um escoamento mais rápido da água e conseqüentemente, um secamento mais rápido do solo, diminuindo o processo de evaporação, o qual tem efeito de resfriamento da superfície da Terra. Um outro agravante para o aumento de temperatura no meio urbano são as máquinas e veículos que produzem calor.

A velocidade dos ventos é menor nas cidades, em conseqüência de barreiras (edificações) que são criadas à sua circulação.

Nas cidades observa-se maior precipitação pluvial do que nos ambientes rurais, pois as atividades humanas neste meio produzem maior número de núcleos de condensação. Por outro lado, a umidade relativa é menor.

O desmatamento provoca alterações climáticas, pois a vegetação é responsável pela regularização da temperatura e da umidade, além de contribuir para uma melhor ventilação.

O processo de urbanização pode provocar alterações significativas no ciclo hidrológico, principalmente sob os seguintes aspectos: aumento da precipitação;

diminuição da evapotranspiração, como conseqüência da redução da vegetação; aumento da quantidade de líquido escoado; diminuição da infiltração da água, devido à impermeabilização e compactação do solo; consumo de água superficial e subterrânea, para abastecimento público, usos industriais e outros; mudanças ao nível do lençol freático, podendo ocorrer redução ou esgotamento do mesmo; maior erosão do solo e conseqüente aumento do processo de assoreamento das águas superficiais; aumento da ocorrência de enchentes; poluição de águas superficiais e subterrâneas.

CAPÍTULO V: A Favela e o Cortiço

"A favela surge da necessidade de onde e de como morar. Se não é possível comprar casa pronta ou terreno para autoconstruir, tem que buscar uma solução. Para alguns essa solução é a favela". (Jussara Tassini, 2008).

Favelas são núcleos de habitações rústicas e improvisadas nas áreas urbanas e suburbanas, irregularmente em terreno invadido, sem infraestrutura, higiene, etc. As definições que se referiam às características das moradias, ditas barracos, estão paulatinamente mudando. A madeira e outros materiais têm sido gradativamente substituídos por "madeirit" ou blocos. As favelas ocupam as "piores" terras, as que apresentam problemas de enchentes desabamentos, e que deixam seus moradores expostos ao risco de perder seu barraco, quando não a sua vida.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse tipo de habitação, favela, encontra-se assim definido: "aglomerado subnormal (favelas e similares) é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou não), dispostas de forma desordenada e densa, carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais".

A favela é o local dentro de uma cidade onde moram pessoas sem habitação e que por isto constroem barracos improvisados em áreas sem nenhum tipo de infraestrutura e saneamento básico.

A favela é dentro de uma cidade um local de descarte dos habitantes marginalizados da dinâmica da economia e sociedade capitalista. Os habitantes das favelas, de baixo nível de renda, baixos grau de instrução e sem habilitação profissional procuram construir os seus barracos em locais onde os terrenos apresentam baixa valorização e não são reservados para nenhum tipo de especulação imobiliária, não se prestando para a construção, dentro deles, de casas de residência, prédios e edifícios comerciais.

Tais espaços desfavorecidos dentro do tecido urbano situam-se diferentemente de acordo com as características do sítio urbano das cidades onde se localizam. (IANNI, 1992).

As favelas mais conhecidas do Brasil estão localizadas na cidade do Rio de Janeiro e surgiram por volta de 1900, no período da Guerra de Canudos. A cidadela

de Canudos foi construída próxima a alguns morros, entre eles o Morro da Favela, que recebeu este nome devido à vegetação predominante no local, que era a Favela, uma planta típica da caatinga, extremamente resistente à seca. Os soldados ao retornarem ao Rio de Janeiro, deixaram de receber seu soldo e instalaram-se provisoriamente em alguns morros da cidade, juntamente a outros desabrigados. A partir deste episódio, os morros recém-habitados ficaram conhecidos como favelas, em referência à “favela original” .

Em cidades de topografias muito diferenciadas, com áreas baixas e planas ao lado de morros e elevações, como ocorre na cidade do Rio de Janeiro, as favelas tendem a ocupar os altos dos morros e elevações por serem justamente áreas onde a dificuldade de acesso tornou tais terrenos pouco valorizados. São, na verdade locais que ninguém quer e por isso lá em cima estão às favelas, como a famosa favela da Rocinha, tão decantada nas manchetes policiais dos jornais de grande circulação ou nos noticiários dos vários canais de televisão.

Sem entrarmos no mérito da definição, por si só problemática, já na última década do século XIX, em 1897, surgiram às favelas nos morros da Providência e de Santo Antônio, na área central da cidade. A cidade do Rio de Janeiro tinha problemas seríssimos de falta de moradia e ainda assim não parava de crescer. Entre 1903 e 1906, o Prefeito Pereira Passos promoveu uma intensa reforma urbana, na qual foram demolidos vários imóveis (grande parte deles de habitação popular) para ampliação de vias e construção de “prédios modernos”, muitos deles de inspiração parisiense. As novas e rigorosas normas urbanísticas adotadas inviabilizaram inclusive os subúrbios para as classes mais pobres que foram desalojadas da área central da cidade. Nesse sentido, o novo já traz em si a sua própria negação. Para complicar ainda mais, os meios de transporte eram precários, obrigando a força de trabalho a residir próximo ao local de trabalho.

Desde o início do século XX – com a denominada Reforma Passos – foram promovidas reformas urbanas vigorosas (Abreu, 1987, p. 60; Neves, 1996, p. 49; Vaz, Silveira, 1999, p. 59; Reis, 1977, p. 22), ademais, embora tenham sido formados bairros ditos operários (Albernaz, 1985, p. 25), o aspecto geomórfico peculiar da cidade fez com que a divisão de classes por entre os diversos bairros da cidade fosse ligeiramente borrada. Assim é que observamos um grande número de favelas localizadas em bairros nobres da cidade. Contudo, importa reconhecer que a

própria concepção “de morador do morro” e “morador do asfalto” por si só já denota a divisão.

Por outro lado nas cidades onde as peculiaridades do sítio urbano mostram áreas planas e sem muitas elevações, como é o caso do sítio urbano da cidade de São Paulo, as favelas tendem a localizar-se em espaços intersticiais dentro da mancha urbana, locais correspondentes a vales de cursos d'água, córregos e riachos que correm dentro da cidade. Há, portanto uma proximidade entre as favelas e as margens dos cursos d'água.

Nestes dois casos as inconveniências trazidas pela necessidade da escolha de locais desprivilegiados dentro do sítio urbano são evidentes. No caso da cidade do Rio de Janeiro os escorregamentos e desbarrancamentos das partes mais elevadas do morro, por ocasião das chuvas torrenciais que acontecem no verão, ameaçam a vida dos habitantes de cima dos morros e dos habitantes da parte mais baixas de tais elevações, por soterramento.

Na cidade de São Paulo e em cidades com feições de sítios urbanos semelhantes, cidades estas onde a topografia condiciona vales fluviais passíveis de enchentes e conseqüentemente de pouco valor imobiliário, por serem lugares que ninguém quer, ocorrem às localizações de favelas intersticiais.

Por ocasião das grandes chuvas de verão as inundações estão sempre frequentes e arrastam barracos das favelas, desabrigando e até matando pessoas, principalmente crianças. (BOUDEVILE, 1964).

5.1 Causas do Surgimento

Para compreender um pouco a formação das favelas é necessário considerar que no cenário urbano muitas transformações ocorrem lentamente; quando são percebidas, revelam processos que materializaram tendências há muito latentes.

Para analisá-las é preciso buscar conexões entre os fenômenos no tempo e no espaço.

A favela só se tornou fenômeno reconhecido oficialmente na década de 1940; sua história até este momento, inclusive suas origens e sua expansão inicial, é ainda uma lacuna na historiografia do Rio de Janeiro. São poucos os registros disponíveis para reconstituí-la.

Os desequilíbrios regionais dentro dos espaços nacionais, as relações cidade-campo, a cultura do urbano e as diretrizes impingidas pelo modo de produção capitalista acabam criando um grande número de cidades e cidades gigantescas, nas quais milhões de pessoas tentam inserir-se dentro de atividades profissionais e do mercado de trabalho.

Porém esta inserção no mercado de trabalho vai depender das características da economia urbana e de sua dinâmica. Assim, pelas regras ditadas pelo momento em que se vivem, as cidades marcam-se muito mais pela prestação de serviços e controle e domínio da informação do que qualquer outro tipo de atividades econômicas. (SANTOS, 1991).

Estes tipos de especializações das funções urbanas, que são mais particularizadas nas grandes cidades e nas megalópoles vão fatalmente interferir no tipo de absorção de mão-de-obra disponíveis nas cidades.

Não há praticamente lugar para o aproveitamento da mão-de-obra não especializada e só parte da mão-de-obra medianamente especializada é aproveitada e só a mão-de-obra altamente especializada é aproveitada e com altíssimos salários.

Há dentro das cidades grandes contingentes de mão-de-obra não qualificada, sem nenhum tipo de ocupação formal e que devem, para sobreviver, engrossar as fileiras da economia informal, tão inerentes às grandes cidades.

Quando as cidades estão mais relacionadas com as atividades agrícolas, como as cidades de médio e pequeno porte situadas em áreas de atividades agrícolas especializadas, como áreas de cultivo de café, algodão, banana, cacau, etc., há um aproveitamento parcial da mão-de-obra urbana não especializada por ocasião das colheitas. Terminado as colheitas terminará também os contratos de trabalho. (SANTOS, 1997).

Estes números elevados de população urbana sem ocupação, espécies de "exército industrial de reserva" da análise marxista são os elementos que vão constituir as favelas, como exemplos de habitações de descarte, excluídas da lógica e da dinâmica da economia capitalista.

Há sempre uma dificuldade de acesso a habitação na sociedade capitalista. No Capitalismo as pessoas não têm onde morar e as cidades situadas no Capitalismo, mesmo nos países de economia capitalista avançada, como os EUA e o Canadá, mostram exemplos de cortiços, pardieiros e favelas, como os *homeless* dos americanos e os *bidonvilles* dos franceses.

Se isto ocorre nos países de economia capitalista avançada deve o mesmo ocorrer em países periféricos do modo de produção capitalista onde os níveis de pobreza e de falta de capitais a serem aplicados na produção são maiores.

Nestes fatos são juntadas questões relativas aos mecanismos de especulação imobiliária acentuada na qual os terrenos e as habitações valem mais pelo seu valor de troca (valor venal) do que pelo seu valor de uso (valor real).

As estocagens de terrenos e que são parcelas situadas entre o fim das áreas de construções urbanas e os novos loteamentos e construções de habitações para venda significam terrenos colocados propositalmente em áreas intermediárias, para especulação imobiliária e que passam a valer mais já que existem casas e habitações mais distantes e que marcam o fim da mancha urbana. (SANTOS, 1981)

Em termos de remuneração a mão-de-obra, principalmente a mão-de-obra não especializada tem remuneração que só permite a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho. Muito difícil seria a acumulação de excedente que permita a compra e a construção da casa própria.

Por isso é que ocorre a chamada "Operação Pula-Dentro" pela qual se compra um terreno a prazo e pagável em longas prestações; frequentemente em áreas periféricas; e após a compra faz a construção de um quarto e cozinha de mau acabamento, que é ocupada por quem comprou o terreno, que lá morando, livra-se do aluguel. O término da construção vai ocorrer paulatinamente e na dependência dos poucos recursos financeiros do morador.

Neste quadro desolador a ocorrência de favelas e cortiços é altamente induzida e vão constituir áreas de descarte das populações marginalizadas da economia e sociedade capitalista.

Na reprodução desta lógica capitalista o número de favelas tende a crescer e o número de favelados também. Estarão sempre localizadas em áreas desfavoráveis dentro das características do sítio urbano e em locais que ninguém deseja: um fundo de vale sujeito à inundação. Um alto morro de difícil acesso, uma área de mangue sujeita a invasões de águas do mar, etc.

Inserem-se neste contexto as metamorfoses atuais do espaço habitado que vão imprimir novas dinâmicas nas lógicas dos funcionamentos e organizações das cidades, principalmente das grandes cidades e cérebros de decisões dos diversos países. (IANNI, 1992).

Nas grandes cidades, apesar do gigantismo de sua economia, já ocorre uma deseconomia de escala pela qual a escala de produção e o enorme volume das atividades urbanas acabam congestionando os meios de transportes, a circulação, a rapidez na prestação de serviços, o que implica em prejuízos para as atividades econômicas no geral.

Frente a estes prejuízos causados pelo congestionamento das atividades urbanas, com os seus devidos custos, as novas atividades vão procurar estabelecer-se em áreas onde os níveis de congestionamento são menores, preferencialmente cidades de menor porte, nas quais a fluidez dos mecanismos e fatores de produção é mais rápida e encarece menos os custos de produção.

Se junta a isto a globalização e a abertura das economias nas últimas décadas do século XX, que implodiram o modelo de localização industrial dentro das grandes metrópoles, levando à decadência socioeconômica das maiores cidades do mundo.

A indústria se deslocou, mudou de endereço e com esta mudança mudou a dinâmica e a lógica da reprodução da riqueza dentro das metrópoles.

Nas grandes cidades a pobreza aumentou e implicando em menores níveis de renda, distribuição de renda mais injusta, maior número de trabalhadores na informalidade de tal sorte que as metrópoles viram entraves ao desenvolvimento dos países.

Isto tudo significa que as grandes cidades, cidades mais ricas, são ao mesmo tempo as cidades mais pobres e que a riqueza e a pobreza convivem juntas nas mesmas cidades sendo que, apesar do nível de riqueza, o nível de pobreza é muito mais elevado.

Refletem-se estes fatos em vários aspectos da população urbana, mais da população pobre, cujos indicadores vão caminhar no sentido de indicar condições precárias de vida e nas quais as condições de moradia, de preço e custo maior, serão as mais prejudicadas, fazendo proliferar e crescer as favelas dentro das áreas urbanas. (BOUDEVILLE, 1964).

5.2 Consequências do Surgimento

Pelas suas particularidades de áreas de descarte onde vivem os habitantes urbanos marginalizados da dinâmica da economia urbana, regida que é pelos ditames do modo de produção capitalista, no qual ninguém quer ser e todo mundo quer ter, os cortiços e favelas vão concentrar índices alarmantes de pobreza e de más condições de vida.

As combinações de más condições de sítio urbano, com os barracos situados em fundos de vale ou no alto dos morros, sem casas de alvenaria e com barracos mal construídos não oferecem proteção para os imprevistos climáticos, excesso de calor ou de frio, enchentes, secas prolongadas, etc. Qualquer chuva mais forte durante o verão vai encher os córregos de água suja e carregar, pela força das águas, os barracos mal construídos. (IANNI, 1992).

Não há saneamento básico como fornecimento de água e a coleta de esgotos. Os dejetos são jogados nas águas já sujas dos córregos de fundo de vale. Não há água potável conseguida com facilidades.

Neste quadro desolador a proliferação de doenças epidêmicas e até endêmicas é frequente e vai atingir as faixas etárias mais indefesas que são as pessoas idosas e a população infantil. Se a mortalidade infantil já é alta nas cidades dos países periféricos, por uma série de causas estruturais, nas favelas o número relativo à mortalidade infantil é maior ainda.

A mortalidade infantil pode aumentar ainda mais segundo o modelo econômico aplicado em um dado momento histórico e que sendo altamente concentrador de renda vai aumentar os níveis de pobreza da população mais pobre; pobreza esta que pode ultrapassar os níveis de sobrevivência.

Com tanta carência material não há lugar para um nível de aspiração mais elevado, qual seja o de almejem-se níveis mais sofisticados de educação. Pelo contrário a educação não é absolutamente valorizada, com grande número de crianças fora da escola e com elevados índices de analfabetismo. (SANTOS, 1997).

Os habitantes das favelas e cortiços, sem condições mínimas de saúde e de educação, não terão fatalmente nenhum tipo de especialização profissional. Vão ocupar, se ocuparem, não profissões, mas funções simples e de baixa remuneração: Pedreiros, barbeiros, sapateiros, funileiros, carpinteiros, etc. Uma grande quantidade

desta mão-de-obra exerce funções temporárias, tem trabalhos de curta duração ou estão desempregados ou trabalham na economia informal.

A falta de saneamento básico, a falta de moradias dignas, a ausência de trabalho e os baixos níveis de renda, os baixos níveis de escolaridade, as doenças endêmicas e epidêmicas, junto com os baixos níveis de informações serão as causas da proliferação das diversas formas de violência, mortes, estupros, mães adolescentes, tráfico de armas e de drogas, crimes impunes e organização de quadrilhas.

É, na verdade, as precárias condições de vida e os alarmantes níveis de pobreza os responsáveis pelas manifestações antissociais e pelas diversas formas de violência que se observa nas favelas.

As favelas caracterizam-se pela mistura de etnias, costumes, culturas, naturalidades. Seus moradores são discriminados, em outras palavras, pessoas que trazem má influência à sociedade.

As gangs e facções criminosas que atuam nas favelas resultam da necessidade da organização de grupos e habitantes deserdados da sorte, que devem aliar-se, nem que seja no crime, para poderem sobreviver. (SANTOS, 1981).

Esta analogia não está totalmente errada convém ressaltar que aquelas caricaturas também estão presentes em áreas urbanizadas, todavia, dentre os favelados existem pessoa honestas, dinâmicas, esforçadas que apenas precisam de uma oportunidade, lutam para sobreviver e resgatar uma cidadania usurpada. Seus sonhos expressam a simplicidade: "queria ter o que comer todos os dias estudar", "ter uma casinha um pouco melhor"! Alguns têm vergonha da condição que vivenciam, outros se orgulham das suas próprias moradias, geralmente são ajudados por poucos, e alguns vivem de esmolas.

As favelas são, para os seus moradores, a única opção de sobrevivência.

A preocupação e a atuação do Estado nas favelas têm sido marcadas por uma intenção básica: erradicação das favelas ou de suas características. Muitos acreditam que essas medidas seriam positivas para os moradores das favelas, que usufruiriam de uma melhor infraestrutura e outros benefícios da urbanização, como também para os proprietários das terras vizinhas, que obteriam um aumento no preço de suas terras.

Difícilmente as forças policiais, que atuam por ordem de um Estado sem recursos para atender todas as necessidades do país, vão lograr êxito no combate às estas formas de crime organizado.

CAPÍTULO VI: Conclusão

6.1 Considerações Finais

Os cortiços, favelas e os processos de favelização nas cidades contemporâneas são um problema social e que resultam das contradições existentes no seio do Capitalismo. São as favelas e os processos de favelização peculiares a cada estágio de desenvolvimento do Capitalismo em um dado país.

No Rio de Janeiro a realidade não é diferente. Há um grande crescimento de favelas na cidade e dados oficiais (Instituto Pereira Passos - IPP) trazem a informação de que cerca de 20 por cento dos habitantes da cidade moram em favelas. Esse crescimento mais vertiginoso faz-se ainda mais visível a partir da década de 1980 – conhecida no Brasil como a década perdida, já que o crescimento foi irrisório frente aos anteriores – e está associado a todos os fatores enunciados anteriormente. Alto índice de desemprego, crescimento da informalidade, especulação imobiliária, falta de política habitacional para população de baixa renda e sistema de transportes coletivos precário são apenas alguns exemplos dos motivos para o crescimento das favelas no Brasil e especificamente no município do Rio de Janeiro.

Nos países de formas de Capitalismo avançado as favelas ou cortiços (slums) existem em menor grau, porém não se pode afirmar que não existem problemas de habitação nos países mais ricos.

Nos países da periferia do Capitalismo tais favelas e tais processos de favelização são mais incisivos e diretamente proporcionais aos níveis de pobreza, mormente de pobreza urbana existente dentro destes países.

Para o desaparecimento das favelas e para o fim dos processos de favelização não há, porém a necessidade do fim do modo de produção capitalista ou outro modo de produção qualquer, como o pseudo-socialismo dos países de regime comunista.

Processos de aperfeiçoamento do Capitalismo e de redução as suas contradições seriam suficientes para a redução e até a eliminação das favelas e a extirpação dos processos de favelização. Esperamos que se encontrem mecanismos dentro do Capitalismo, que dêem origem a melhor distribuição de renda e que sejam capazes de eliminar estes problemas e contradições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUDEVILLE, J. Les Espace Economiques. P.U.F. Paris. 1964

GEORGE, P. Précis de Géographie Urbaine PUF. Paris. 1964

IANNI, O. A Sociedade G/oba/. Ed. Civilização Brasileira. R.J. 1992

SANTOS, M. Manual de Geografia Urbana. Editora Hucitec. S. Paulo, 1981

Metamorfoses do Espaço Habitado. Hucitec. S. Paulo. 1991

Técnica, Espaço, Tempo - Globalização e meio técnico-científico-
Informacional. Editora Hucitec - São Paulo - 1997

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO, 1987. 156 p.

SPOSITO, Maria Encarnação B. O Chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. In:

http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637>

<http://www.brasilecola.com/geografia/metropoles-megalopoles.htm>

TERRA, Lygia; ARAÚJO, Regina & GUIMARÃES, Raul B. *Conexões*. São Paulo: Moderna, 2009

<http://urbanidades.arq.br/2008/03/o-surgimento-do-planejamento-urbano/>

http://www.cdcc.sc.usp.br/bio/mat_area_urb_rural.htm

ANEXO



A Favela do Morro Dona Marta, em Botafogo (Zona Sul da cidade).

A foto permite observarmos que essa favela foi erguida em um morro com forte declividade, no coração do bairro de Botafogo, zona sul carioca. É possível, também, observarmos o plano inclinado com as estações de parada – lado direito do foto (construções em amarelo com telhado em vermelho).

Foto: www.trekearth.com/.../Brazil/photo512623.htm, em 02/02/2009.